



PRODUÇÃO DE (IN)JUSTIÇAS ESPACIAIS A PARTIR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PRIVADA NA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO, BELÉM, PARÁ, BRASIL

Production of spatial (in)justices from private education services on Avenida Augusto Montenegro, Belém, Pará, Brazil

Producción de (in)justicias espaciales a partir de servicios de educación privada en la Avenida Augusto Montenegro, Belém, Pará, Brasil

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v26.1017>

Ruth Helem Veiga Cardoso¹

Willame de Oliveira Ribeiro²

Histórico do Artigo:

Recebido em 04 de maio de 2024

Aceito em 13 de outubro de 2024


Publicado em 02 de dezembro de 2024

RESUMO


O processo de metropolização de Belém, ocorrido a partir dos anos 1960, acarretou mudanças na configuração do cenário urbano local, sobretudo a partir do crescimento de novos eixos de expansão no espaço metropolitano, assim como foi o caso da Avenida Augusto Montenegro. As instituições privadas de ensino básico, objeto de estudo deste artigo, são formas comerciais que participam marcadamente da dinâmica socioeconômica desse espaço. Nessa conjuntura, o objetivo geral desta pesquisa está direcionado a compreender as ligações entre as lógicas de disposição das escolas privadas, a produção desigual do espaço urbano e as implicações na esfera da justiça espacial, no contexto da Avenida Augusto Montenegro, mais especificamente, no bairro Parque Verde. A partir das pesquisas bibliográficas e visitas de campo, foram obtidos resultados que demonstram que a ampliação das escolas privadas nesse subcentro de Belém está pautada em lógicas de localização e funcionamento atreladas ao espaço que ocupam, seja na avenida principal, seja em seus entornos, recortes os quais espelham tais lógicas nas desigualdades produzidas e (re)produzidas.

Palavras-Chave: Produção do espaço. (In)justiça espacial. Serviços de educação privada. Avenida Augusto Montenegro. Belém.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Membro do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano – GeoPUrb e do Observatório Nacional de Monitoramento e Avaliação de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias - ONDi. Email: ruth.cardoso@aluno.uepa.br

 <https://orcid.org/0009-0007-7286-1052>

² Doutor em Geografia. Professor do Curso de Licenciatura em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), líder do Grupo de Pesquisa Geografia do Pará Urbano – GeoPUrb e membro do Observatório Nacional de Monitoramento e Avaliação de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias – ONDi e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Violência na Amazônia – NEPEVA. Email: willame@uepa.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3692-4224>

ABSTRACT

The process of metropolization of Belém, which took place from the 1960s onwards, led to changes in the configuration of the local urban scenario, especially due to the growth of new axes of expansion in the metropolitan space, as was the case with Avenida Augusto Montenegro. Private basic education institutions, the object of study in this article, are commercial forms that participate markedly in the socioeconomic dynamics of this space. At this juncture, the general objective of this research is aimed at understanding the links between the layout logic of private schools, the unequal production of urban space and the implications in the sphere of spatial justice, in the context of Avenida Augusto Montenegro, more specifically, in the neighborhood Green Park. From bibliographical research and field visits, results were obtained that demonstrate that the expansion of private schools in this sub-center of Belém is based on logic of location and operation linked to the space they occupy, whether on the main avenue, or in its surroundings, sections which mirror such logics in the inequalities produced and (re)produced.

Keywords: Production of space. Spatial (in)justice. Private education services. Avenida Augusto Montenegro. Belém.

RESUMEN

El proceso de metropolización de Belém, ocurrido a partir de la década de 1960, provocó cambios en la configuración del escenario urbano local, especialmente por el crecimiento de nuevos ejes de expansión en el espacio metropolitano, como fue el caso de la Avenida Augusto Montenegro. . Las instituciones privadas de educación básica, objeto de estudio en este artículo, son formas comerciales que participan marcadamente en la dinámica socioeconómica de este espacio. En esta coyuntura, el objetivo general de esta investigación se orienta a comprender los vínculos entre la lógica distributiva de las escuelas privadas, la producción desigual del espacio urbano y las implicaciones en el ámbito de la justicia espacial, en el contexto de la Avenida Augusto Montenegro, más específicamente , en el barrio Parque Verde. A partir de investigaciones bibliográficas y visitas de campo, se obtuvieron resultados que demuestran que la expansión de las escuelas privadas en este subcentro de Belém se basa en lógicas de ubicación y funcionamiento ligadas al espacio que ocupan, ya sea en la avenida principal, o en sus alrededores. , secciones que reflejan dicha lógica en las desigualdades producidas y (re)producidas.

Palabras clave: Producción del espacio. (In)justicia espacial. Servicios de educación privada. Avenida Augusto Montenegro. Belém.

INTRODUÇÃO

As escolas privadas são elementos complexos presentes no espaço, seja sob a perspectiva do ensino, seja sob o olhar de suas especializações. Deste modo, observar como os serviços educacionais estão distribuídos no meio urbano, bem como entender seus tipos de funcionamento, possibilitam identificar qual papel socioeconômico esses objetos manifestam na dinâmica da produção espacial.

O processo de (re) produção capitalista do espaço ocorre de maneira exponencial no cenário urbano nacional, especialmente a partir dos anos 1970, quando, segundo Santos (1993), o fenômeno da urbanização se expande e provoca níveis elevados de concentração de pessoas e bens nos centros urbanos, além da multiplicação e crescimento destes no território brasileiro.

Atrelado a isso, se desenvolve outro fenômeno urbano denominado metropolização, processo dinâmico e complexo que imprime realidades ímpares no espaço urbano, carregando consigo problemas estruturais que remetem às características da urbanização brasileira (Trindade Júnior; Santos,

2010). Este fenômeno é marcado por uma intensa capacidade de concentração e articulação de pessoas, serviços e lógicas em várias escalas no meio urbano, logo, detém grande influência sobre as áreas territoriais nas quais atua, bem como em suas inúmeras faces de ampliação.

Nesse panorama, os serviços formais e informais ganham papel de destaque na estruturação dos espaços metropolitanos, tendo em vista que as distintas lógicas responsáveis pela alocação e realocação deles implicam em mudanças socioeconômicas tanto na produção desses espaços, como no modo de vida das populações que ali residem. As formas de comércio e serviços estão dispostas essencialmente nos grandes centros e subcentros presentes nas metrópoles, em especial nas áreas de potencial expansão.

Belém, capital do Pará, inclui-se no debate em razão das características de seu espaço de formação enquanto metrópole, com núcleos em amplificação constituídos a partir do processo de dispersão metropolitana, o qual se apresenta significativo desde os anos 1970. Esse movimento de transformação das áreas dispersas para além do centro da metrópole consolidou-se na década de 2000, momento no qual passaram a ocorrer modificações no perfil socioeconômico dessas áreas, sobretudo na ordenação de suas formas-conteúdos, resultando em zonas urbanas diversificadas de crescente espraiamento.

Uma das áreas de dispersão metropolitana em Belém, o distrito de Icoaraci, é interligado ao centro e outras localidades por uma das principais vias da Região Metropolitana, a Avenida Augusto Montenegro, que possui 15 km de extensão. A partir do ano de 2005, a ocupação dessa via decorreu de modo a valorizá-la intensamente, por meio da aglomeração de serviços e investimentos infraestruturais públicos e privados em seu espaço, o que lhe conferiu expressiva centralidade. Isso trouxe uma condição espacial propícia ao surgimento de espaços elitizados de modo geral, atraídos por uma parcela da sociedade com poder aquisitivo mais elevado na área, que convive com a contrastante realidade presente nos entornos da Avenida.

Neste cenário, os serviços educacionais se destacam na reestruturação da Avenida no decorrer dos últimos anos, e assim o fazem pelo crescimento desses estabelecimentos na área, expressando a expansão da iniciativa privada, além de evidenciarem uma das dimensões das desigualdades de acesso e as (in)justiças espaciais presentes nesse espaço, uma vez que as classes menos favorecidas são, de certa forma, afastadas ou impossibilitadas de utilizarem os serviços supracitados. Assim, a população busca pelos serviços privados de educação básica nas áreas mais distantes das bordas da Avenida, nas chamadas “escolas de bairro”.

Nestes termos, o problema da pesquisa está assim configurado: como a expansão dos serviços educacionais na Avenida Augusto Montenegro se relaciona com a desigualdade da produção do espaço na área e com a (in)justiça espacial?

Para fornecer detalhamento e precisão a esse problema, foram formuladas as seguintes questões norteadoras: como o processo de expansão da malha metropolitana tem implicado na dinâmica socioespacial da Avenida Augusto Montenegro? Como os serviços educacionais se inserem na dinâmica de (re)estruturação e de manutenção das formas-conteúdo na Avenida? Quais as lógicas locais dos serviços de educação privada na área da Avenida Augusto Montenegro e seus rebatimentos em termos de (in)justiça espacial?

A partir das questões levantadas, a pesquisa tem como objetivo geral compreender o modo como a expansão dos serviços de educação privada vem se relacionando com a produção do espaço e de (in)justiças espaciais na Avenida Augusto Montenegro.

Para atingir o objetivo geral, foram determinados os seguintes objetivos específicos: Analisar a dinâmica socioespacial da Avenida Augusto Montenegro no âmbito do processo de metropolização de Belém; Entender a inserção dos serviços educacionais na dinâmica de (re) estruturação e de manutenção das formas-conteúdo na Avenida Augusto Montenegro; Compreender as implicações das distintas lógicas locais dos serviços de educação privada no que tange à (in)justiça espacial.

Destarte, o presente artigo destina-se a realizar uma investigação no que concerne à expansão das instituições de ensino básico da rede privada na Avenida Augusto Montenegro, suas relações com a produção desigual do espaço urbano, bem como suas implicações em termos de (in)justiça espacial para a população que habita a Avenida e seus entornos.

O estudo aqui desenvolvido tem sua relevância ao abordar a nova estruturação desse importante eixo de expansão da Região Metropolitana de Belém - a Avenida Augusto Montenegro - sob a ótica de surgimento das superfícies de serviços educacionais privadas na borda e nos entornos da Avenida, assim como os serviços que exercem influência nas diferenciações das lógicas que regem tais estabelecimentos e suas dinâmicas socioeconômicas.

Essas lógicas de produção do espaço, em se tratando da área estudada, não necessariamente segregam fisicamente as pessoas pobres desses serviços elitizados, porém, as impede socioeconomicamente de acessarem esses espaços, fator que implica no processo de (in)justiça espacial.

Importante frisar a escassez de pesquisas que relacionem os serviços educacionais da rede básica privada com a produção desigual do espaço urbano no recorte proposto, bem como suas consequentes análises em termos de justiça espacial, o que reveste essa temática de certa pertinência para a academia e marcadamente para o meio social.

O artigo está estruturado em quatro seções: a primeira é destinada a abordar os conceitos teóricos principais utilizados no desenvolvimento da pesquisa, com discussões voltadas a elementos como a produção do espaço metropolitano, circuitos da economia urbana e justiça espacial; a segunda seção é focada em descrever como ocorreu o processo de produção do lócus da pesquisa, a Avenida Augusto Montenegro, no contexto da metropolização de Belém; por fim, as duas últimas seções apresentam a disposição das instituições privadas de ensino básico, tanto da borda da Avenida, quanto de seus entornos, e os resultados obtidos a partir da análise de suas respectivas dinâmicas socioespaciais.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O método é um conjunto de práticas sistemáticas que permitem ao pesquisador alcançar conhecimentos válidos e verdadeiros sobre determinada temática, sendo possível, dessa forma, identificar erros e traçar caminhos a serem seguidos para a obtenção de respostas com maior planejamento e segurança (Lakatos; Marconi, 2003). Considerando esses pressupostos, essa pesquisa se orienta a partir dos princípios do método dialético, que se caracteriza por apurar os fenômenos através de suas duplas faces, considerando as mudanças e contradições as quais a sociedade está sujeita, bem como suas relações e conexões com o objeto de estudo (Prodanov; Freitas, 2013).

No que se refere ao tipo de pesquisa, a presente proposta se caracteriza por ser qualitativa e pautada em estudo de caso, através da realização de trabalho de campo, em primeiro momento, exploratório e, posteriormente, para coleta de dados, a fim de investigar a problemática proposta e seus desdobramentos.

O levantamento de dados teve como base direta o locus da pesquisa, mantendo contato com o ambiente e o objeto de estudo. Os procedimentos metodológicos aplicados a fim de atingir os objetivos traçados foram:

a) Levantamento bibliográfico realizado a partir de uma revisão acerca dos principais conceitos necessários à fundamentação teórica da pesquisa, tais como a produção do espaço urbano, metropolização do espaço, dispersão metropolitana de Belém, espaços de consumo, circuitos da economia urbana, direito à cidade e justiça espacial.

b) Levantamento documental acerca da formação da Região Metropolitana de Belém, para compreender o contexto da gênese da área de estudo, a Avenida Augusto Montenegro. Assim, foram coletadas informações acerca dos principais fatores que caracterizam a dinâmica econômica e social desse espaço, informações essa advindas substancialmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

c) Pesquisa de campo na área de estudo para investigação empírica da problemática, voltada essencialmente para as escolas de educação privada presentes na borda e nos entornos da Avenida, bem como os serviços e sujeitos em volta dos respectivos espaços. Nos trabalhos de campo foram obtidos dados, elementos e informações do locus necessários à produção de mapas e quadros, assim como entrevistas com os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa.

As entrevistas foram organizadas para colher informações de dois grupos, por isso foram feitas de duas formas: a primeira de maneira presencial, a partir de roteiro semiestruturado, voltada aos representantes das escolas privadas presentes na borda da Avenida Augusto Montenegro e em seus entornos, para obter informações acerca do funcionamento geral das instituições, assim como do público que utiliza tais serviços.

A segunda forma foi através de questionário produzido no Google Forms, direcionado aos pais e responsáveis usuários dos serviços educacionais analisados, com o objetivo de identificar as desigualdades de acesso a esses serviços, e as implicações em termos de (in)justiça espacial no contexto da produção urbana desigual da área pesquisada. Assim, a partir dos trabalhos de campo, foram realizadas 17 entrevistas no total, 09 com os pais e responsáveis e 08 com representantes das escolas, todos assegurados com sigilo de suas identidades, bem como dos nomes dos estabelecimentos.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS: PRODUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO, CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E (IN)JUSTIÇAS ESPACIAIS

O espaço, na concepção de Santos (2006), é caracterizado como dinâmico e totalitário, ou seja, é composto por um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo os objetos ligados às técnicas e suas evoluções. As ações atuam sobre tais objetos ou surgem a partir dos mesmos, ambos os sistemas estão interligados, um influenciando e condicionando o outro. A partir dessa interação o espaço é moldado e articulado.

A produção do espaço urbano torna-se mais complexa e dinâmica para atender ao aumento da demanda do grande capital, logo, envolve uma série de processos socioespaciais e conta com a participação direta de diversos agentes que imprimem suas marcas às formas e aos conteúdos existentes

naquele. Sobre isso, Corrêa (2020, p.43) afirma que a produção espacial “[...] é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”.

Os principais agentes aos quais o autor se refere são: os promotores imobiliários, os proprietários de terras, os donos dos meios de produção, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 1989). Nessa conjuntura, o espaço produzido resulta em um todo dotado de fragmentação e articulação, bem como de um reflexo da sociedade que o produz e o vivencia em suas múltiplas facetas e contradições.

Nesse ponto, Harvey (2005) parte da concepção de que o espaço é construído a partir da lógica de exploração do sistema capitalista, sendo, por isso, dotado de significativos contrastes socioespaciais, agravados conforme o processo vai se expandido e de acordo com os interesses dos agentes responsáveis por condicionar e reiterar tais desigualdades. O autor destaca a intrínseca relação entre as lógicas do sistema capitalista e a (re) produção do espaço urbano que resulta em novas estruturas das formas e conteúdos presentes no mesmo, assim como a consequente expansão destes. Os espaços metropolitanos são um claro exemplo desse processo.

Sobre as metrópoles, Ribeiro (2018) discorre que:

Certos espaços urbanos, aqueles reunidos sob a nomenclatura de metrópole, atingem na atualidade um nível de complexidade cada vez maior, que se expressa, entre outros fatores, na densidade e espraiamento dos sistemas de objetos e na intensidade e multidirecionalidade dos fluxos (Ribeiro, 2018, p.133).

Tais fatores condicionam a estruturação dos espaços metropolitanos, conferindo-lhes intensa capacidade de concentração e articulação de pessoas, serviços e lógicas em várias escalas, através de inúmeros processos socioespaciais que implicam na construção de relações envolvendo diversas esferas, todas participantes direta ou indiretamente da dinâmica de produção e reprodução do capital, sistema intimamente ligado ao fenômeno da metropolização. Logo, esses espaços representam de forma potencial a expansão de tudo o que o capital necessita para sua reprodução: os investimentos maciços, os equipamentos, os fluxos e centralmente as estratégias presentes nesse meio urbano.

Uma das características marcantes do processo de organização e reorganização dos espaços urbanos são as formas comerciais, componentes substanciais na constituição daqueles. Silva (2014) trata da importância das formas comerciais no cenário urbano ao destacar que elas

[...] fazem parte da gênese da cidade moderna e que sua localização, estrutura e funcionamento, interferem no processo de reprodução do espaço urbano porque o comércio contém e produz centralidade, que se expressa através da (re) valorização do espaço, por meio da constante incorporação de novas áreas para a expansão imobiliária, aumenta o fluxo de pessoas nas suas proximidades impulsionando a construção de infra-estrutura viárias e de acessibilidade, o que permite a união de componentes que integram o processo geral de produção do espaço- produção, circulação, distribuição, troca e consumo (Silva, 2014, p. 161).

Considerando ainda que as formas comerciais demonstram as transformações e movimentações sociais, é válido adicionar a visão de Pintaudi (1999) no que tange a função e análise de tais objetos no quadro urbano, que, segundo a autora, são,

[...] antes de mais nada, formas sociais; são as relações sociais que produzem as formas que, ao mesmo tempo, ensejam relações sociais. Analisar as formas comerciais, que são formas espaciais históricas, permite-nos a verificação das diferenças presentes no conjunto urbano, o entendimento das distinções que se delineiam entre espaços sociais (Pintaudi, 1999, p. 145).

Assim sendo, as formas comerciais surgem e se modificam conforme os comportamentos e as lógicas da sociedade. Entender como essas formas se espacializam e se desenvolvem é compreender as diferenciações socioespaciais que constroem o urbano e sua dinâmica. A distribuição desses estabelecimentos no espaço metropolitano expressa concretamente a produção desigual no solo urbano, considerando que “[...] a expansão do espaço como mercadoria demonstra uma espécie de mercadoria das cidades globais, no qual a periferia é incorporada, tornando-se não apenas o lugar do pobre, mais complexa, passa a ser valorizada pela expansão do espaço urbano [...]” (Mendes, 2020, p. 34).

Importante destacar que a escolha dos locais onde serão alocadas as formas comerciais é determinada pelos agentes urbanos a partir de uma série de fatores como o fluxo de pessoas que perpassam por tais locais, os meios de transportes, e talvez o fator mais importante: o comércio que confere centralidade àquele espaço.

Quando se trata da funcionalidade e influência da gama de serviços envolvidos nesse comércio que contém e produz centralidade, é essencial trabalhar a dimensão econômica e política do urbano, abordada aqui a partir da Teoria dos Circuitos da Economia Urbana, sistematizada por Santos (2004).

A seletividade socioeconômica existente nos espaços urbanos contemporâneos condiciona a reorganização espacial por meio da distribuição, primordialmente, das atividades produtivas. Essas, por sua vez, conforme o aumento da complexidade dos arranjos urbanos, estão hierarquizadas em padrões de produção, distribuição e consumo dos bens, assim como no oferecimento de serviços. Nessa conjuntura, surgem dois circuitos econômicos e sociais, que atuam tanto na esfera econômica das

idades, quanto na construção e organização socioespacial do meio urbano, importante não apenas para analisar o comportamento da cidade, mas também para compreender as relações escalares e de influência entre essa e as demais escalas urbanas, de maiores ou menores proporções (Santos, 2004).

Desse modo, no conjunto urbano têm-se dois subconjuntos econômicos: o circuito superior e o circuito inferior da economia. O circuito superior é produto das inovações tecnológicas, por isso, abarca atividades ligadas a grandes empresas como transnacionais, bancos e outros serviços modernos, que usufruem de potencial aplicação de capital internacional em suas atividades. Já o circuito inferior é aquele utilizado, em sua maioria, pela população de baixa renda, que pratica atividades mais simples produzidas e reproduzidas, principalmente, a nível local, utilizando mão de obra intensa. Assim, as diferenças entre os dois circuitos baseiam-se no nível tecnológico e organizacional de cada um (Santos, 2004).

Contudo, a teoria dos circuitos da economia urbana foi desenvolvida na década de 1970, passando por diversas análises desde então, de acordo com o momento social e histórico no qual o mundo se encontra. Nesse panorama, há alguns fatores a serem considerados nos estudos recentes acerca daqueles: o aumento da interdependência entre os lugares, ocasionado diretamente pelo processo de globalização, que inevitavelmente implica em novas formas de produção, exponencialmente em escala mundial; a incorporação, pelo circuito inferior, de novas tecnologias da informação aplicadas à produção, o que reafirma a relação intrínseca entre os dois circuitos; e a análise dos circuitos espaciais produtivos, por esferas de atividades, considerando que cada ramo dessas constitui diferentes dinâmicas de produção e espacialização (Cataia e Silva, 2013).

Dessa forma, cada circuito contém particularidades e níveis de complexidade nas atividades que engloba, porém, os dois interagem na dinâmica urbana de forma dependente, assim como os indivíduos que deles fazem parte deles. Os circuitos manifestam-se em decorrência das desigualdades de acesso aos bens e serviços fundamentais no cotidiano do cidadão, logo, as classes possuem alcances distintos a tais serviços de acordo com seu poder de compra e consumo, o que suscita diferenciações no espaço que atende à população com graus de rendas desiguais, sobressaindo-se as formas comerciais de alto padrão destinadas aos indivíduos com alto poder aquisitivo que servem a grande máquina capitalista.

Logo, os fluxos produtivos são comandados pelas lógicas de agentes hegemônicos que fazem parte do circuito superior, enquanto o circuito inferior se reproduz a partir daquele. Criam-se, assim, áreas que possuem os mesmos tipos de serviços, porém inseridos em circuitos distintos, adequados ao perfil dos indivíduos que estão presentes naquele recorte articulado e ao mesmo tempo

fragmentado. Essas lógicas de produção do espaço não necessariamente segregam fisicamente as pessoas pobres dos serviços elitizados, porém, as impedem socioeconomicamente de acessarem esses espaços, fator que implica no processo de (in) justiça espacial.

O conceito de (in)justiça espacial vem ganhando destaque, nos últimos anos, em debates nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, ambientais e notadamente nos estudos urbanos. Nesses últimos, ligados, sobretudo, à ideia de direito à cidade, expressão utilizada primeiramente por Lefebvre (2001) para afirmar o direito que os cidadãos possuem de participar, de estarem integrados à vida urbana e às transformações que nela ocorrem, a partir do instante em que não há essa integração, configura-se o processo de (in)justiça espacial.

Soja (2014) aponta várias formas de (in)justiça espacial, resultantes da acumulação capitalista que permeia o urbano, dentre essas estão a falta de acesso igualitário aos bens e serviços presentes na cidade, a discriminação racial, de gênero, ou seja, a negação de direitos fundamentais, humanos e materiais, aos quais os indivíduos precariamente inseridos no espaço urbano deveriam usufruir.

Feita esta ementa relacional entre a produção do espaço metropolitano, os circuitos produtivos e a produção de (in)justiças espaciais, na próxima seção é realizada uma discussão acerca da produção do espaço da Avenida Augusto Montenegro, onde manifestam-se e materializam-se os fenômenos supracitados, com dinâmicas urbanas socioespaciais complexas e distintas em toda sua extensão, no contexto da metropolização do espaço de Belém.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO NO CONTEXTO DA METROPOLIZAÇÃO DE BELÉM

O processo de produção acelerado do tecido urbano, calcado na lógica de produção e acumulação capitalista, condicionou mudanças nos núcleos econômicos das cidades, especialmente nos anos finais do século XX, à luz do processo de globalização e do aumento dos fluxos urbanos. Lencioni (2020) reitera que a metropolização está inserida nesse novo contexto da urbanização como uma das expressões mais latentes na passagem da economia fordista para a pós-fordista, considerando que ao mudar as formas-conteúdos na organização espacial urbana, esse fenômeno “[...] revela a importância das relações reticulares no conjunto das cidades, redefinido antigas hierarquias urbanas e fazendo prevalecer as relações de interconectividade social sobre as relações de proximidade física” (p.173)

Nesta conjunção, assim como outras cidades no Brasil, Belém passou pelo processo de metropolização, mais precisamente a partir da década de 1960. Tal processo, segundo Trindade Júnior

(1998), foi marcado por dois momentos distintos e de formas diferenciadas: a forma urbana confinada e a forma urbana dispersa.

Em um contexto regional de abertura econômica na Amazônia e consequente processo de urbanização assentado na expansão do capitalismo, a forma confinada era composta por terrenos topográficos elevados, ocupados por grupos de rendas mais elevadas, e espaços de baixadas, ocupados por grupos de baixa renda, ambos com forte adensamento.

Essa área foi circundada em seus limites, a partir da década de 1940, por instituições públicas que passaram a funcionar como um “cinturão institucional”, o qual delimitava o referido perímetro de ocupação, impedindo que a malha urbana se expandisse horizontalmente, ao mesmo passo que amplificava a valorização dos terrenos presentes dentro da Primeira Léngua urbana de Belém (Trindade Júnior, 1998).

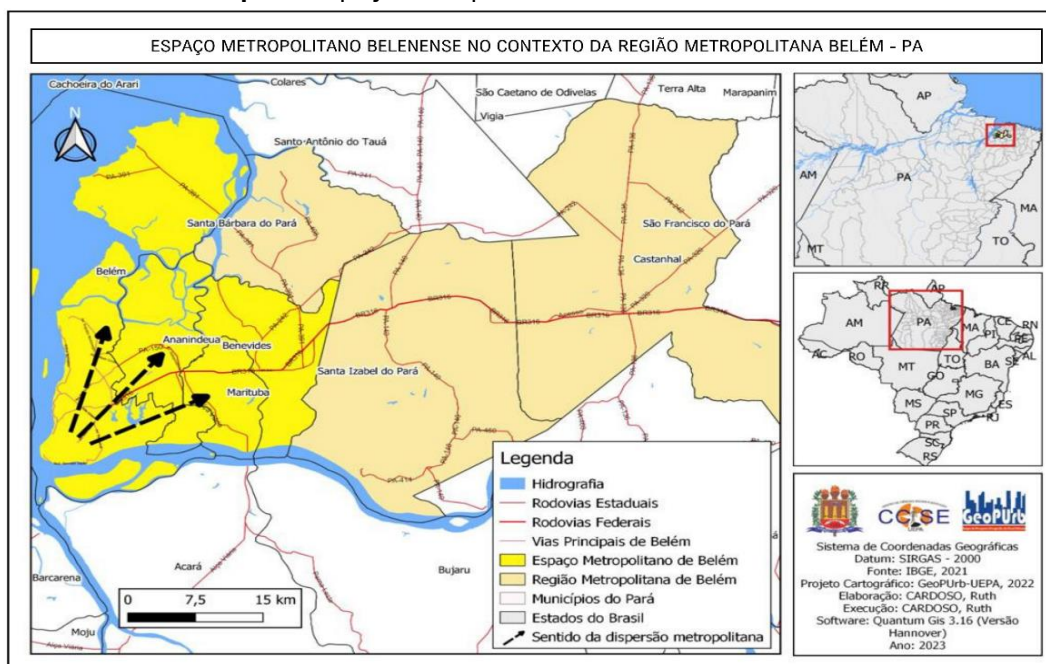
Já a forma urbana dispersa ou desconcentrada, se estabelece a partir da expansão do tecido urbano belenense para além do chamado cinturão institucional, o que ocorreu, entre outros fatores, pela ocupação das baixadas por outros atores sociais, que com a urbanização acelerada necessitavam de novas áreas para a produção urbana. Dessa forma, os indivíduos com baixo poder aquisitivo que residiam ali foram expulsos para vetores mais distantes, os quais receberam investimentos do Governo Federal para a construção de conjuntos habitacionais que tinham o intuito de realocar, em realidade, retirar essa população mais pobre. Assim, novos eixos desenvolveram-se para “[...] localidades até então consideradas distantes, notadamente, para a Rodovia Augusto Montenegro (eixo Belém-Icoaraci) e para a BR-316 (eixo Belém-Ananindeua) [...]” (Trindade Júnior, 1998, p. 104).

Nessa conjuntura, a passagem da forma urbana concentrada para a forma urbana dispersa denota dinâmica e ações correspondentes aos interesses de alguns agentes produtores do espaço urbano em detrimento do bem-estar social da população. Destarte, essas áreas dispersas, consolidadas a partir da década de 1980, imprimiram um novo ordenamento urbano nesses núcleos antes considerados mais afastados, reorganizando-os até constituírem o que hoje se tem como o Espaço Metropolitano de Belém, expressando de maneira mais sintética um espaço com características acentuadamente metropolitanas, formado pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides (Mapa 1).

A Região Metropolitana de Belém - RMB é constituída, inicialmente, pelos municípios de Belém e Ananindeua, a partir da Lei Federal nº 14/1973. Posteriormente, com base na Lei Complementar Estadual nº 027/ de 19 de outubro de 1995, são anexados mais 3 municípios a RMB: Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará. Nos anos de 2010 e 2011 são adicionados, respectivamente, os

municípios de Santa Izabel do Pará (Lei Complementar nº 27/2010) e Castanhal (Lei Complementar 76/11). Apoiado neste histórico, a atual RMB é composta pelos municípios de Ananindeua, Belém, Benevides, Castanhal, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará (IBGE, 2011). No entanto, o presente trabalho faz uso do Espaço Metropolitano, em razão da correspondência direta do mesmo ao estágio de dispersão do processo de metropolização de Belém, conforme salienta Ribeiro (2018).

Mapa 1: Espaço metropolitano de Belém na RMB. 2023.



Fonte: Elaboração própria.

Esses espaços seguem passando por intensos rearranjos urbanos e sociais, fato confirmado por Trindade Júnior (1998) ao discutir as metamorfoses transcorrentes na metrópole.

É importante assinalar, entretanto, que o processo que conforma a metrópole não é linear. Ele é marcado por rupturas, (des)continuidades, (re)construções e (re)estruturações. Nesse sentido, a atual forma urbana belenense, produto do processo de metropolização, mostra-se preñe de dinamismo, posto que acompanha o movimento histórico de seu conteúdo, que lhe dá vida e sentido e, por isso, está sujeita a um marcante processo de reestruturação (Trindade Júnior, 1998, p. 3).

Essa reestruturação é observável na Avenida Augusto Montenegro, uma das principais vias de Belém, que passa atualmente por significativas transformações socioespaciais. A implantação de grandes superfícies comerciais e de serviços ao longo da Avenida é um claro exemplo disso.

A constituição da referida Avenida insere-se no contexto de produção do espaço metropolitano de Belém, com a construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), entre o final do século XIX e o início do século XX, no âmbito da economia da borracha na Amazônia e de seus efeitos modernizadores sobre Belém e sua região de influência direta.

A EFB possuía ramais de circulação, isto é, ferrovias secundárias, dentre eles o Ramal do Pinheiro (16 km), inaugurado em 1906, durante o governo de Augusto Montenegro, que posteriormente deu nome ao que viria a ser a Avenida. O Ramal do Pinheiro, que se iniciava no entroncamento e findava no que hoje é o Distrito de Icoaraci, imprimiu nova dinâmica de circulação no espaço de Belém, aumentando os fluxos de pessoas e mercadorias em todo seu trajeto e, conseqüentemente, atraiu núcleos de povoamento em seus arredores (Mendes, 2020). Foi a partir do crescimento do número de grupos populacionais e de capitais no Ramal, que ocorreu a gênese da formação e consolidação da Avenida Augusto Montenegro, tal como se tem hoje.

Em 1975, já com o fim da EFB, o ramal passou por um processo de reconstrução, convertendo-se oficialmente em Avenida Augusto Montenegro. É nesse recorte espacial, que essa área de expansão, bem como a BR-316, começa a receber os fluxos populacionais de baixa renda retirados da primeira légua patrimonial de Belém, direcionados, sobretudo, para os conjuntos habitacionais promovidos pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COAHB-PARÁ) (Mendes, 2020). No mesmo período também ocorre o que Trindade Júnior (1998) denomina de “ocupações espontâneas”, ocasionadas pela grande massa de pessoas sem condições financeiras para adquirir moradia. Nesse primeiro momento, a Avenida tem sua dinâmica assentada essencialmente nesses dois tipos de ocupação populacional, além de posteriores serviços populares variados que foram chegando à área.

Importante destacar a mudança que se sucedeu no perfil socioeconômico da Avenida a partir de 1998, quando novamente a mesma passa por modificações infraestruturais, dessa vez, mais intensas. Tais mudanças aconteceram durante o mandato do então prefeito Edmilson Rodrigues, as quais caracterizam, nas palavras de Mendes (2020, p. 81):

Uma intervenção que aconteceu depois de 20 anos de sua inauguração: foram realizadas obras de pavimentação, a instalação de semáforos, de faixas de separação do trânsito de veículos particulares do de ônibus, no canteiro central foi criada uma ciclo-faixa, com 1,20 m de largura, em cada pista, a instalação de doze araras para retirar o estereótipo de Avenida da morte.

Ao final do excerto, é possível perceber a intenção dos agentes públicos em retirar, por meio da reforma urbanística, o caráter marginalizado que a Avenida tinha naquele período, e abrir portas para novos agentes que quisessem se instalar na área. E foi o que ocorreu: a série de mudanças atraiu os olhares do grande capital, notadamente o imobiliário, que cresceu exponencialmente nos últimos anos,

fato perceptível no grande número empreendimentos privados, como os condomínios fechados, as redes de supermercados, shoppings centers, dentre outros presentes em toda a extensão da Avenida. Nesse contexto, o que se constata é uma substituição de antigas formas-conteúdo, antes voltadas para a população de baixa renda, por outras que atendem a pessoas de alto poder aquisitivo, e sobretudo aos interesses do grande capital.

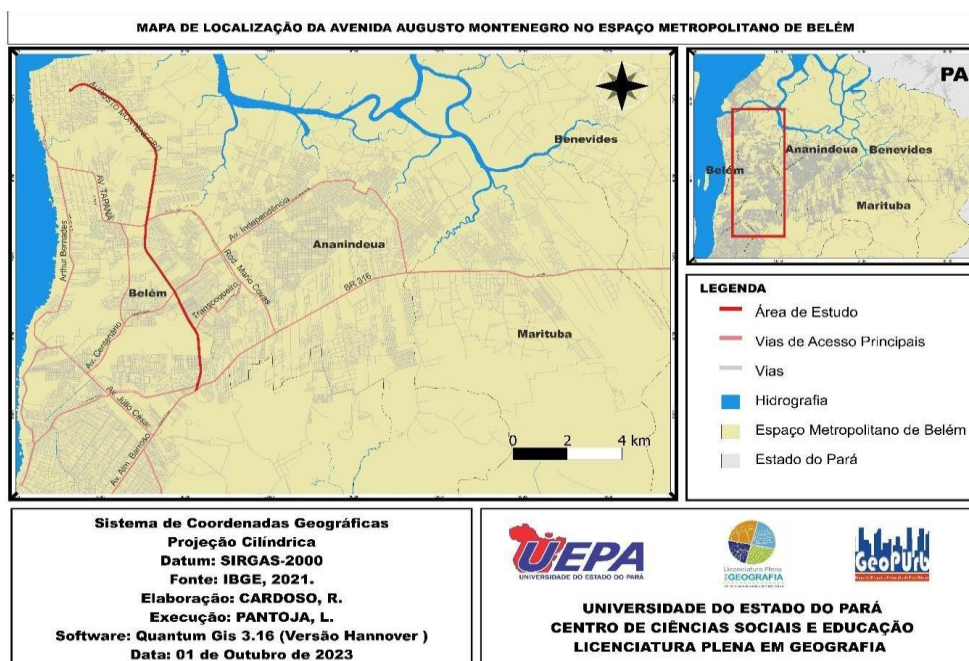
Mendes (2020) entende o processo de construção histórica deste importante eixo de expansão a partir da percepção de que "(...) a constituição de estratos sociais no decorrer do processo histórico produz novos espaços e novas centralidades, alterando a composição metropolitana." (p.90) Assim, atualmente, essa área tornou-se um subcentro de Belém, com grande expressividade nos últimos anos, onde há a coexistência desigual entre distintas classes sociais no solo urbano da Avenida, cercadas de uma gama de serviços e grandes superfícies comerciais, as quais ditam a dinâmica do espaço, bem como as limitações a seus usos.

Villaça (2001) ratifica que para o surgimento de um centro ser efetivo, é necessária uma produção de localização favorável ao mesmo, através da aglomeração de serviços comerciais, culturais, novos centros históricos etc. Tal qual foi o caso da Avenida Augusto Montenegro, que nas últimas décadas recebeu maciços investimentos advindos primordialmente do capital imobiliário e do Estado, como é observado por Mendes e Oliveira (2015).

As diversas mudanças e reestruturações pelas quais a Avenida passou resultaram no perfil que esse espaço possui hoje: uma área de grande centralidade, consequência da concentração e circulação constante de pessoas, mercadorias e capital, condicionadas por vias de ligação que mantêm contato direto com o centro da capital, bem como com o espaço metropolitano (Mapa 2).

Destarte, a via apresenta funcionalidades diferentes daquelas que existiam no início de sua formação, o solo urbano encontra-se intensamente valorizado e cada vez mais financeirizado, considerando as características centrais que esse espaço possui. No que tange às instituições privadas de ensino básico, são inseridas nesse contexto posto sua notável expansão na Avenida, em especial na última década, atraídas pela centralidade exercida neste espaço.

Mapa 2: Belém. Localização da Avenida Augusto Montenegro. 2023.

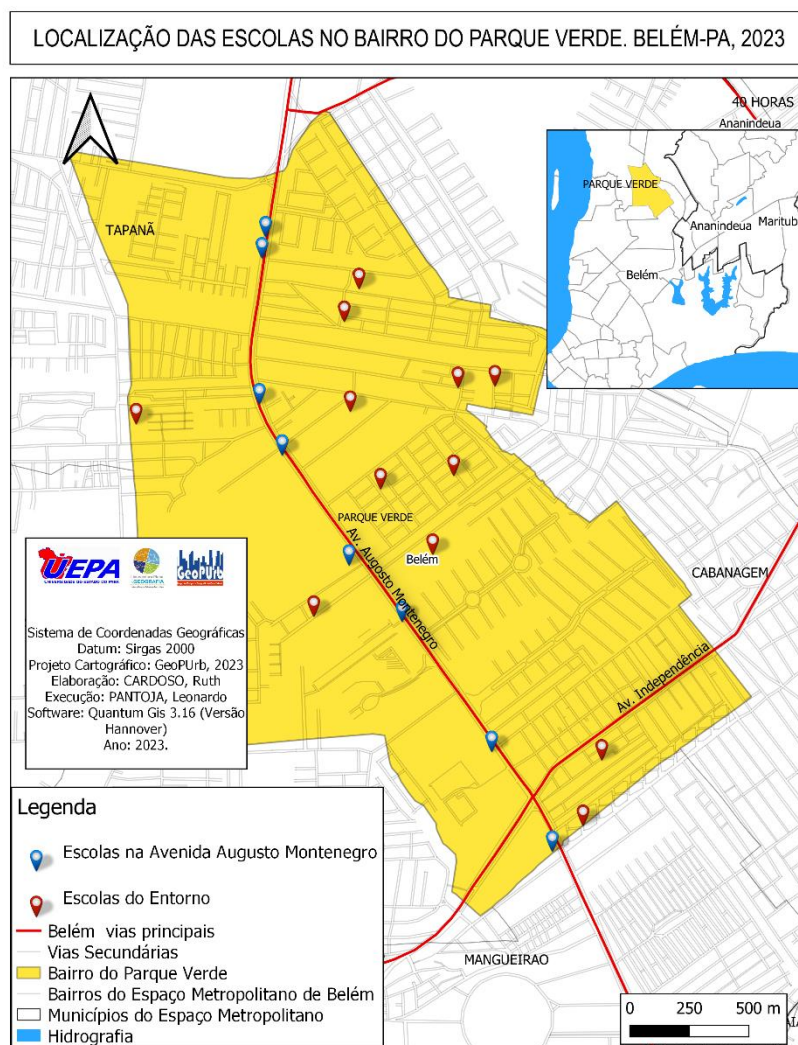


Fonte: Elaboração própria.

No mapa 3 é possível observar a disposição das escolas particulares no bairro Parque Verde, escolhido como recorte espacial a ser analisado, visto que essa área possui maior tendência à concentração do objeto de estudo, tanto na Avenida Augusto Montenegro quanto em seus entornos. Esta aglomeração de escolas privadas no bairro supracitado, tal qual a de outros serviços, se explica pela valorização que o local tem recebido nos últimos anos, resultado das reformas urbanísticas e dos serviços elitizados que chegaram, principalmente, na Avenida.

De acordo com o Mapa 3, foram identificados dois padrões de escolas no recorte com características particulares, aqui chamadas de “A” e “B”. As escolas privadas do tipo “A” são aquelas localizadas centralmente na Avenida Augusto Montenegro, com aspectos ligados ao circuito superior da economia; o tipo “B” corresponde às escolas que se encontram nas ruas transversais distantes da Avenida, com traços ligados ao circuito inferior. No Quadro 1 estão listadas as instituições apontadas e seus respectivos anos de instalação.

Mapa 3: Belém. Distribuição das escolas privadas no bairro Parque Verde. 2023.



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1: Belém. Escolas privadas presentes no bairro Parque Verde. 2023.

ESCOLAS TIPO "A"	ANO DE INSTALAÇÃO	ESCOLAS TIPO "B"	ANO DE INSTALAÇÃO
Colégio Pequeno Príncipe Avante	2005	Centro Educacional Meu Carinho	1987
		Colégio Evangélico Príncipe da Paz	2002
Sistema Educacional Sophos	2009	Centro Educacional Ursinho Pooh	2004
		Instituto Educacional Bons Frutos	2004
Colégio Paulista	2015	Escola Cristã Caminhando com Jesus	2006
Colégio Aslan	2018	Sistema de Ensino Orlando Lobato	2005
Colégio Ideal	2019	Cento Educacional Caminho do Saber	2008

Colégio Rosa de Saron	2019	Escola Ensino Interativo Ação	2008
Colégio Physics	2020	Centro Educacional Universo do Saber	2011
		Sistema Educacional Inteligências Múltiplas	2018
Colégio Premium	2020	Colégio Modelo Pará	2019
		Centro Educacional União Perfect	2021

Fonte: Elaboração própria.

Nas próximas seções serão analisadas a disposição dessas formas comerciais, suas lógicas de funcionamento, as implicações destas no processo de produção desigual do referido espaço e as consequências na esfera da (in)justiça espacial.

OS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PRIVADA NA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO: O CIRCUITO SUPERIOR

As atividades concernentes ao circuito superior da economia urbana são marcadas pelo elevado nível estrutural e organizacional, frutos do alto capital investido e das modernizações que afetam o espaço (Montenegro, 2012). Assim, as escolas privadas de ensino básico do tipo “A” ligadas a esse subsistema, que se encontram no perímetro da Avenida Augusto Montenegro, no bairro do Parque Verde, possuem as seguintes características: amplos espaços físicos localizados na Avenida, logo, estão em uma área que possui bom quadro estrutural (Figura 1); mecanismos de publicidade, sobretudo as redes sociais ativas, utilizadas constantemente para divulgar os serviços oferecidos e atrair clientes; uma vasta equipe de funcionários, com média de 67 professores por instituição, além de estagiários, grupos de limpeza, segurança e mídia; e a oferta de todas as etapas correspondentes à educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), somadas a cursos livres.

Ademais, de oito escolas identificadas, duas mantêm unidade única na Avenida, cinco são filiais que compõem empresas que atuam em Belém e na região metropolitana e uma, em específico, produto de uma rede nacional originária do estado de São Paulo.

As especificações descritas anteriormente denotam a inserção no circuito superior das instituições básicas de ensino alocadas na Avenida, pois expressam um serviço de padrão elevado com organização consolidada, atraído geralmente pelos benefícios da centralidade a qual esse espaço exerce.

Figura 1: Colégio Paulista (A e A') e Colégio Avante (B e B'). 2023.



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2023.

Dentre os motivos que levaram a instalação das escolas na Avenida Augusto Montenegro, os representantes entrevistados citaram, com maior incidência, a baixa presença de outras escolas concorrentes em uma área que estava/está em potencial crescimento, e a procura do serviço pela população residente na área, vinda em sua maioria, de condomínios próximos. As relações entre esses dois fatores podem ser reconhecidas na seguinte fala de uma das representantes entrevistadas:

Na época [2005] não tinham muitas escolas particulares nesse perímetro da avenida, e muitos condomínios estavam sendo construídos, então foi olhado bastante para a procura que esses moradores viriam a ter em escolas para seus filhos, tanto que até hoje a maioria dos nossos alunos vem das proximidades e moram nesses condomínios próximos à escola.
(Informação verbal obtida a partir de entrevista realizada no mês de maio de 2023)

A ênfase na chegada dos condomínios como condicionante para o estabelecimento espacial dessas formas comerciais demonstra um atendimento voltado predominantemente a uma classe específica com médio ou alto poder aquisitivo.

Logo, empreende-se que as escolas possuem lógicas de localização atreladas à organização econômica do espaço analisado, bem como aos sujeitos que dele fazem parte. Nessa conjuntura, Mendes (2020) frisa que a localização da Avenida age fortemente na produção da centralidade da mesma, uma vez que aquela está relacionada “[...] à questão da produção social do espaço, às demandas de reprodução e de acumulação do capital e à acessibilidade” (p. 99). Esses

aspectos justificam a análise e a escolha do local onde hoje se encontram esses empreendimentos educacionais.

No que tange a participação da sociedade na produção da centralidade da Avenida e sua relação com as escolas privadas, é nítida a participação dos espaços de moradia nesse processo, sobretudo, dos espaços elitizados próximos, nos quais vive uma população que usufrui potencialmente dos serviços educacionais considerados de maior qualidade e acessibilidade em termos de proximidade.

Nos 05 questionários respondidos, em maio de 2023, por responsáveis de estudantes matriculados nas escolas da Avenida Augusto Montenegro, a qualidade do ensino foi citada por 04 como razão para a escolha da escola, a proximidade com a residência foi assinalada por 02 e a estrutura da escola por 01 dos responsáveis. Isso revela que a parcela restrita dos cidadãos que utiliza os serviços educacionais de grande porte, assim o faz em razão de elementos que os parecem vantajosos e que são relativos à qualidade do serviço ou a sua comodidade.

A sofisticação dos atributos diversificados que os colégios disponibilizam é direcionada primordialmente para um público social singular, que representa o foco dessas instituições por possuírem poderio financeiro significativo. Nessa perspectiva, é notável por parte dessas escolas a existência de um discurso de cunho mercadológico que busca induzir tal público a aderir ao serviço. As falas dos representantes destacadas no Quadro 2 demonstram esse movimento.

Quadro 2: Caracterização das escolas da Avenida Augusto Montenegro feita pelos entrevistados.

Diferenciais das escolas segundo os seus representantes	Respostas dos pais em relação ao oferecimento de atividades extras pelas escolas
<p>“(...) eu destaco como diferencial da escola, sobretudo, o conhecimento que nós temos dos nossos alunos, o cuidado com eles, a relação próxima com os pais, o relacionamento de modo geral, porque nós direcionamos muito bem nossos alunos, trabalhando além do conteúdo dado em sala de aula, a parte pessoal também (...). Além disso, tem a questão dos recursos, ferramentas que a escola dispõe, nós realizamos múltiplas atividades extracurriculares, desde simulados até feira de leitura, atividades adaptadas a cada ano e turma onde o aluno se encontra”.</p>	<p>“(...) trabalhos, dinâmicas, simulados, provas”.</p>
<p>“Nosso alto índice de aprovação nos vestibulares de modo geral, que reflete a preparação que damos aos nossos alunos desde os anos iniciais de ensino, isso claro com a ajuda de toda a excelente equipe de professores, equipe pedagógica, as ferramentas utilizadas, nosso material didático e nossa estrutura.”</p>	<p>“Oferece itinerários formativos como: cinema, gastronomia, estudos químicos etc.”.</p>

“Primeiro são os projetos que nós desenvolvemos tá, pra todos os níveis de ensino nós temos projetos que são trabalhados dentro do contexto do conteúdo mesmo né porque nós trabalhamos com a poliedro aqui. Segundo são as olimpíadas do conhecimento que nós fazemos quase todas as olimpíadas desde a turma do 1º ano até a turma do ensino médio, a qualidade de ensino muito grande porque a gente tem isso como um percentual de estudantes que são aprovados pelo ENEM, são muitos primeiros lugares (...).”

“plataformas de estudo online, jogos escolares, simulados etc.”.

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2023.

Quando perguntados acerca dos diferenciais da escola na qual atuam, as respostas dos entrevistados chamam atenção para o realce dado à densidade da infraestrutura e dos instrumentos que aquelas possuem para oferecer aos alunos, a exemplo das atividades extracurriculares, como simulados, projetos de ensino, olimpíadas do conhecimento, além da ênfase nos índices de aprovação nos vestibulares, que seriam resultantes de todas as ferramentas e do corpo físico e pedagógico presentes nas instituições. Complementar a isso, tem-se a resposta dos pais e responsáveis em relação às atividades oferecidas pelas escolas, que se relacionam diretamente aos aspectos destacados pelos representantes, sendo citados como símbolos de qualidade e eficiência.

As dinâmicas gerais abordadas preliminarmente, que compõem o serviço educacional, assim como de outros empreendimentos presentes no espaço da Avenida Augusto Montenegro, são produtos não apenas de atores econômicos concretos, mas também da construção coletiva de uma concepção de centralidade pautada em um fundamento de produção e reprodução do espaço pela sociedade, isto é, a idealização social proveniente da percepção do espaço, essa, que, segundo Lefebvre (2013), é criada e recriada por meio das práticas espaciais.

Esta percepção espacial, no caso dos indivíduos ligados aos colégios do circuito superior, é verificada nas falas elencadas no Quadro 3, as quais apontam uma tendência à reiteração de um discurso de valorização da Avenida Augusto Montenegro.

Quadro 3: Visão dos entrevistados sobre a Avenida Augusto Montenegro - Escolas localizadas na via principal.

Discursos dos representantes das escolas	Discurso dos pais e responsáveis
“É uma área em exponencial crescimento da capital paraense, em termos de moradia, termos empresariais, tem diversos tipos serviços e empreendimentos e uma vasta infraestrutura”.	“Muito boa porque tem tudo”.

<p>“Uma área muito bem desenvolvida e que ainda tem muito o que se desenvolver. Vim morar pra cá ainda quando criança com meus pais e antigamente isso tudo aqui era mato, depois foi chegando a infraestrutura, as lojas, as próprias escolas particulares como o (Escola 01), e tá aí como a gente observa hoje, uma área em desenvolvimento e tende a crescer cada vez mais né”.</p>	<p>“Vejo como uma boa área, pois encontro diversas lojas e serviços”.</p>
<p>“(…) hoje no contexto do bairro, da Augusto Montenegro, Marambaia, Tapanã, Bengui, eles cresceram muito e não deixa nada a desejar do contexto vamo dizer... em relação ao centro de Belém porque aqui você tem grandes supermercados, feiras, lojas, inclusive algumas lojas que tem lá em Belém e que estão aqui hoje né, nós temos dentro dessa área nós temos 2 shoppings muito grandes que pegam ali um a cidade nova que é o castanheira bem aqui e o Parque shopping, e a gente não vai longe do Grão Pará né, então assim nessa região aqui nada deixa a desejar, inclusive a gente encontra mais coisa aqui do que lá no centro de Belém entendeu, então assim no contexto geral pra cá tá cada vez mais em desenvolvimento (...)”.</p>	<p>“Uma avenida bem localizada”.</p>

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2023.

Os fragmentos contidos no Quadro 3 abordam a perspectiva dos sujeitos, que “vendem” o serviço educacional e daqueles que se utilizam desse, no tocante a imagem da localização na qual as empresas estão situadas. Deste modo, os discursos baseados em frases como: “tem diversos tipos de serviços”, “área muito bem desenvolvida”, “não deixa nada a desejar em relação ao centro de Belém”, “avenida bem localizada”, indicam que há uma fetichização concernente ao espaço da Avenida Augusto Montenegro por aqueles que vivenciam uma realidade atrelada a seu padrão socioeconômico diferenciado das demais camadas que compõem a área, e por isso, são integrados ao cenário de desenvolvimento predeterminado para esse subcentro.

OS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO PRIVADA NA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO: O CIRCUITO INFERIOR

As escolas privadas de ensino básico do tipo “B”, presentes nas adjacências do bairro Parque Verde, detêm características associadas ao circuito inferior da economia, marcado pela presença de atividades com estruturas e organizações simples, dotadas de baixo capital aplicado. Nessas circunstâncias, as escolas localizadas adentrando as ruas transversais à Avenida Augusto Montenegro portam os seguintes traços: espaços de funcionamento reduzidos, geralmente em residências simples, postas em ruas que não apresentam boa infraestrutura (Figura 2); baixo quantitativo de funcionários, com uma média de 15 professores por escola, e equipes de apoio limitadas, em algumas até inexistente; restrito uso das redes sociais para divulgação, uma vez que se sobressai o contato pessoal mais direto

com os usuários; e a oferta de ensino escassa, limitada, em sua maioria, às etapas da educação infantil e ensino fundamental, em um único turno.

Figura 2: Parque Verde/Belém. Colégio Inteligências Múltiplas (A e A') e Colégio Universo do Saber (B e B'). 2023.

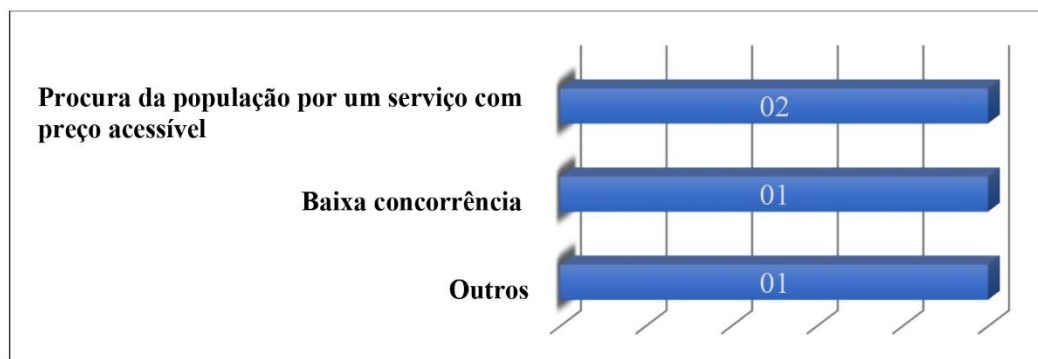


Fonte: Trabalho de campo, maio de 2023.

A estruturação geral descrita evidencia uma realidade educacional distinta, quando comparada às escolas que estão alocadas na avenida principal, tanto em termos de forma quanto em termos de conteúdo. A instalação das escolas conhecidas como “escolinhas de bairro” é pensada principalmente, como ilustrado no Gráfico 1, a partir do nível de renda do público que compõe esse cenário menos abastado.

Entre os fatores considerados no Gráfico 01 pelos representantes das escolas, no que tange aos motivos de alocação dessas, o mais citado foi a busca da população por um serviço com preço acessível, uma vez que muitos não podem arcar com os valores colocados pelas escolas de grande porte da Avenida Augusto Montenegro, pois apesar de ser um espaço conectado às áreas mais adentro do bairro, possui uma dinâmica socioeconômica completamente dissemelhante, especialmente no tocante ao consumo. Assim, as lógicas de localização desses segmentos são pautadas no alcance financeiro desigual da população aos serviços educacionais básicos privados, resultado da produção desconforme do espaço urbano analisado.

Gráfico 1: Fatores citados pelos representantes das escolas acerca dos motivos de alocação das mesmas.



Fonte: Trabalho de campo, maio de 2023.

O fator renda não é considerado como pretexto apenas do ponto de vista da comercialização das escolas, mas também está entre as justificativas centrais apresentadas pelos responsáveis para utilizar os serviços das instituições, sendo citado pelos 04 responsáveis por estudantes das escolas do entorno da Avenida Augusto Montenegro que responderam ao questionário. A proximidade com a moradia também foi citada pelos 04 e princípios e valores da escola foi destacado por 01 dos responsáveis.

A proximidade com a moradia está muito relacionada à segurança que os pais sentem em colocar as crianças em colégios alocados em ambientes ditos de alto grau de interação e cuidado entre os moradores das áreas, dado que tais ambientes se encontram em ruas habitadas, em sua maioria, por formas residenciais, em detrimento das comerciais.

Ademais, o preço mais acessível concedido pelas “escolinhas”, motivo citado também em todas as 04 respostas ao questionário, reflete a maior preocupação desse público, se comparado com as razões dos tutores ligados às escolas da Avenida, com o custo do serviço oferecido, haja vista que os níveis de renda desses dois grupos são distintos. Tal diferenciação financeira é confirmada a partir de dados obtidos no questionário voltado à população dos entornos, os quais demonstram que dos 04 participantes, 03 indicaram possuir renda familiar de um salário mínimo e 01 renda menor que um salário.

Nessa conjunção, a composição das formas-conteúdo das escolas do circuito inferior perpassa, majoritariamente, pelo aspecto socioeconômico que engloba os entornos da Avenida, que, como mencionado previamente, revela-se contrastante ao espaço intensamente financeirizado da Avenida Augusto Montenegro. Essa contradição pode ser analisada a partir de diversos pontos, um deles é a categoria de caracterização desses empreendimentos, disposta no Quadro 4.

Quadro 4: Caracterização das escolas do entorno da Avenida Augusto Montenegro segundo os entrevistados.

Diferenciais das escolas segundo os representantes	Respostas dos pais em relação ao oferecimento de atividades extras pelas escolas
“A principal coisa é que a escola é de cunho evangélico e isso chama muito atenção dos pais e eles querem colocar os filhos pra estudar aqui, além da parte financeira né que é melhor pro bolso deles”.	“Não oferece”.
“(…) o que mais atrai os pais é o tratamento, o cuidado com as crianças né e os valores que a nossa escola sempre tenta passar pras nossas crianças, até hoje eu tenho assim muitos alunos, olha a filha da minha irmã foi minha aluna, eu tenho vários alunos que já voltaram pra cá pra escola pra trabalhar, eu tenho alunos que tem filhos aqui dentro da escola tudo por uma questão assim de eles gostarem né do nosso tratamento, do respeito, enfim”.	“(…) educação física, aula de projetos para incentivar o desenvolvimento das crianças”.
“Olha, o processo de alfabetização é muito forte aqui, caligrafia e matemática são as três áreas mais fortes que a gente tem aqui no ensino”.	“(…) algumas festinhas que tem no ano”.

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2023.

Enquanto as escolas do circuito superior dão destaque, como diferenciais, para as múltiplas ferramentas que dispõem para aplicar ao ensino, observa-se em contrapartida, de acordo com o Quadro 04, que os representantes das escolinhas de bairro enfatizam como diferenciais as relações interpessoais mais fortes em relação aos alunos, os princípios morais para a formação cidadã e valores financeiros acessíveis. Logo, é nítida a disparidade entre as instituições dos tipos “A” e “B”, no que tange aos recursos investidos e oferecidos aos clientes, o que pode ser percebido também nas falas dos responsáveis, que assinalam a oferta de poucas ou nenhuma atividade extra nas escolinhas do circuito inferior.

A fragmentação socioespacial encontrada no bairro Parque Verde, sob o olhar das escolas privadas de ensino básico, localizadas na Avenida Augusto Montenegro e em seus entornos distantes, se materializa, como já foi abordado, em termos infraestruturais, de acesso financeiro, nas relações sociais existentes em cada um desses dois recortes, e para, além disso, na diferença de percepção que os indivíduos possuem em relação à área de destaque desse núcleo: a avenida. Algumas dessas percepções estão expostas no Quadro 5.

Quadro 5: Visão dos entrevistados sobre a Avenida Augusto Montenegro - Escolas localizadas nos entornos.

Discursos dos representantes das escolas	Discurso dos pais e responsáveis
<p>“Pra ser bem sincero, acho um caos essa avenida, sem infraestrutura e esse tal de BRT não acaba nunca, anos essa obra aí, sai prefeito entra prefeito e é sempre a mesma história, sem falar do trânsito e saneamento básico que não tem, se for ver essas áreas menores aqui por dentro então, pior ainda a situação, não tem asfalto, é perigoso, mas é isso porque o perigo tá em todo lugar”.</p>	<p>“Boa, mas o trânsito é muito ruim e as lojas ficam distantes da minha casa”.</p>
<p>“oh meu Deus, sem falar em uma rua imprensada, uma avenida né, eu vejo uma avenida muito turbulenta entendeu, uma avenida que até anos atrás você andava nela sem nenhum tipo de sufoco, nem medo, nem de nada, hoje em dia os maiores assaltos acontecem agora na avenida né, anteontem eu presenciei pela televisão um muito feio mesmo, então eu acho assim turbulenta”.</p>	<p>“Sem fiscalização e pouca sinalização, muito perigosa para os pedestres”.</p>
<p>“Mana, é engarrafamento total né, é pra cá que tá crescendo né, pra cá que tá desenvolvendo, mas tem muito problema ainda pra consertar”.</p>	<p>“Uma boa área e tem muita coisa, mas o BRT causa muito problema no trânsito e a noite é perigoso em várias partes das moradias”.</p>

Fonte: Trabalho de campo, maio de 2023.

Os discursos negativos apresentados no Quadro 5 acerca da visão da Avenida Augusto Montenegro, de representantes das escolas do entorno e de pais e responsáveis, associados à falta de segurança, aos perigos do trânsito e à “turbulência” da avenida, são reflexos do entendimento de uma população que não consegue acessar e receber efetivamente a modernização trazida pelo grande capital, notadamente a infraestrutura e as novas formas comerciais. Portanto, as falas são representativas, acima de tudo, das desigualdades atreladas à produção desse espaço em contraste ao que é visualizado em suas imediações, que, em realidade, produz uma invisibilização da pobreza e das necessidades daqueles que estão precariamente inseridos no modelo de (re) produção capitalista do espaço urbano, sendo “empurrados” para áreas mais distantes da Avenida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Avenida Augusto Montenegro, lócus da presente pesquisa, evidencia-se como um importante eixo de centralidade do espaço metropolitano de Belém, considerando a intensa confluência de fluxos que o local recebe, advindos das vias de ligação que o conectam tanto com a metrópole, quanto com seu espaço metropolitano. Nesse cenário, a disposição de diversos serviços e realidades sociais

distintas em sua extensão, moldam e caracterizam esse espaço à sombra de um misto de formas e conteúdos.

A dinâmica socioespacial da Avenida é resultante das inúmeras mudanças no decorrer de sua constituição a partir da expansão da malha urbana de Belém, ocorrida no âmbito de seu processo de metropolização. Assim, modificou-se progressivamente a estrutura desse espaço, haja vista que o quadro socioeconômico da Avenida, antes ocupado por uma população de baixa renda, hoje é composto também por um público de alto poder aquisitivo, bem como por formas comerciais modernas, distribuídas notadamente em sua via principal. Os entornos da Avenida Augusto Montenegro, por outro lado, apresentam uma realidade constituída por estruturas escassas e oferta negligente de serviços básicos à população que ali reside, panorama contrastante ao que é observado no núcleo central desse espaço.

Dessa maneira, as circunstâncias culminaram na produção de um espaço que é, ao mesmo tempo, articulado e fragmentado, possuindo níveis de desigualdade perceptivos dentro de um mesmo recorte espacial, como é o caso do Parque Verde, bairro localizado no perímetro mais financeirizado da Avenida. As instituições privadas de ensino básico, objeto de análise utilizado para compreender o teor de disparidade da produção espacial do local pesquisado, são inseridas nessa dinâmica em um contexto de gradual valorização e crescimento do bairro do Parque Verde, que levou à instalação destes empreendimentos na Avenida e em seu entorno, porém em escalas de funcionamento diferentes. Destarte, constata-se que a ordenação das escolas privadas expressa o quadro de desigualdade que acompanha a reestruturação ocorrida na Avenida Augusto Montenegro, sendo aquelas apresentadas no presente trabalho à luz dos dois circuitos da economia urbana, os quais possuem características organizacionais e tecnológicas díspares: o circuito superior e o circuito inferior.

No tocante às implicações das lógicas locacionais dos serviços de educação privada no que tange a (in)justiça espacial, a partir dos estudos teórico e empírico, foi identificado que o arranjo das escolas nessa área aponta para duas lógicas: uma mais moderna e formal, representada pelas escolas presentes na borda da Avenida, bem como pelo público mais abastado que utiliza tais serviços em um espaço marcado por formas modernas e com vasta infraestrutura ligadas ao circuito superior, resultantes da dominação do capital; e uma segunda lógica mais informal, representada pelas escolas privadas alocadas no entorno da Avenida e por uma população com baixo poder aquisitivo, que vivencia uma dinâmica moldada por formas urbanas mais simples atreladas ao circuito inferior, o que se reflete nas estruturas e conteúdos dessas instituições educacionais.

Portanto, a compreensão geral de como a expansão das escolas privadas se relaciona com a produção do espaço urbano da Avenida Augusto Montenegro permite entender como se retratam

algumas das (in)justiças espaciais que cercam essa área do ponto de vista da esfera educacional, a qual, mesmo se tratando apenas do meio privado, apresenta contradições nos distintos espaços onde se encontram os colégios, fruto da configuração desigual que vem sendo concebida, há algumas décadas, pelos agentes hegemônicos que atuam nesse eixo de expansão.

REFERÊNCIAS

- CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2483> . Acesso em: 10 ago. 2023.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2020.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro (RJ): IBGE, 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html#:~:text=O%20Censo%20Demogr%C3%A1fico%20tem%20por,ou%20de%20qualquer%20n%C3%ADvel%20de> . Acesso em: 15 ago. 2023.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, H. **La produccion del espacio**. Madrid/ES: Capitán Swing, 2013.
- LENCIONI, S. Metropolização. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43103> . Acesso em: 15 set. 2023.
- MENDES, L. S.; OLIVEIRA, J. M. G. C. DE. Espaços elitizados de moradia e consumo: novas centralidades urbanas na região metropolitana de Belém-PA. **Ensaio de Geografia**, v. 4, n. 7, p. 26-49, 18 jan. 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaio_posgeo/article/view/36282 . Acesso em: 08 set. 2023.
- MENDES, L. A. S. **Metrópole e consumo: condomínios fechados, comércio e centralidade em Belém**. 1o ed. Curitiba: CRV, 2020.
- MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista geográfica venezolana**, v. 53, n. 1, p. 147-164, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3477/347730388009.pdf> . Acesso em: 15 set. 2023.
- PINTAUDI, S. M. A cidade e as formas do comércio. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, pp. 137-153.
- PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul -Brasil: Universidade FEEVALE, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> . Acesso em: 20 mar. 2023.

RIBEIRO, W. O. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico** - Goiânia-GO, v. 12, n. 1, p. 132-154, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/43695> . Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp. 1993.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, C. H. C. Estudos sobre o comércio e o consumo na perspectiva da geografia urbana. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 149-178, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/26590> . Acesso em: 20 jul. 2023.

SOJA, E. W. **En busca de la justicia espacial**. Valencia/ES: Tirant Humanidades, 2014.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 395 p. Tese (Doutorado em Geografia) – FLCH/USP, São Paulo, 1998.

TRINDADE JÚNIOR, S. C.; SANTOS, T. V. Para além da cidade: entre fragmentações e permeabilidades, os desafios do planejamento e da gestão urbana no espaço metropolitano de Belém. **Ateliê Geográfico**, Goiânia- Go, v.04, n.04, p. (20-50), Dezembro, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/16664/10108> . Acesso em: 12 set. 2023.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. Rio de Janeiro: Studio Nobel/FAPERJ, 2001.